

**ANÁLISE DA TEMÁTICA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E/OU SUAS
ASSEMELHADAS NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Ana Clara Lacerda de Oliveira

Mestranda em Controladoria e Contabilidade
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte-MG, anaclaracontabeis@hotmail.com.

Nathan Vasconcellos de Almeida Rezende Machado

Mestrando em Controladoria e Contabilidade
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte-MG, nathanvasconcellos@hotmail.com.

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

Doutora em Controladoria e Contabilidade – USP
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte-MG, jvacbr@yahoo.com.br.

João Estevão Barbosa Neto

Doutor em Controladoria e Contabilidade
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte-MG, joaoestevaobarbosaneto@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo identificar o perfil do plano de ensino da disciplina contabilidade tributária, e/ou suas assemelhadas, oferecidas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, pelas IES, sejam elas, públicas ou privadas, presenciais ou a distância, localizadas no Estado Minas Gerais. Para tal, foi extraída da plataforma e-MEC em 2016, uma lista de 126 IES mineiras. Assim, a amostra da pesquisa, foi composta por duas partes. Primeiramente, foi integrada pelas IES que disponibilizaram as grades curriculares em seus sítios eletrônicos ou por contato preestabelecido com as coordenações. Posteriormente, foi integrada pelas IES que forneceram as ementas da disciplina contabilidade tributária e/ou suas assemelhadas, retiradas do sítio eletrônico ou enviadas por *e-mail* após solicitação aos coordenadores. De acordo com os resultados, constatou-se que a nomenclatura que apresentou maior frequência foi a disciplina Contabilidade Tributária. Tornou-se evidente que as disciplinas que abordam a temática concentram-se no quinto (40%) e sexto (33,33%) período para IES públicas, e que os tributos de competência federal são os que recebem maior enfoque tanto nas universidades públicas (19,35%) quanto nas privadas com ensino presencial (19,42%), enquanto nas IES com ensino EAD é o planejamento tributário (19,05%). Quanto aos conteúdos programáticos das disciplinas, notou-se que a temática elisão nas universidades públicas foi a que apresentou maior frequência (20%), já nas IES privadas com ensino presencial, foram os tributos estaduais (18,57%). Por fim, constatou-se que o objetivo mais recorrente, foi a capacitação para operacionalização com tributos (46,67%), enquanto o menos frequente foi apresentação/operacionalização de situações práticas (20%).



Palavras-chave: Ciências Contábeis; Contabilidade Tributária; Instituição de Ensino Superior; Plano de Ensino.

Área Temática: Educação e Pesquisa em Contabilidade (EPC).

1. INTRODUÇÃO

As empresas demandam por serviços contábeis capazes de representar de forma mais real possível sua situação, assim como, por informações que detenham relevância decisória. Nesse sentido, a busca incessante por informações mais acuradas, aliada ao aumento da complexidade e da competitividade na atividade empresarial, tornam difíceis a continuidade e prosperidade da empresa, o que evidencia a necessidade de um profissional plenamente apto a realizar as tarefas e tomar decisões determinantes para o sucesso empresarial.

Tendo por base a importância desse profissional e que a sua competência se inicia na graduação, estudos têm sido realizados sobre aspectos relacionados ao ensino da contabilidade no Brasil, como a demanda pelo mercado de profissionais gabaritados e a qualidade das instituições e questões que norteiam essa temática (Theóphilo, Sacramento, Neves & De Souza, 2000; Bacci, 2002; Calixto, 2006; Oliveira, 2007; Paiva, Machado, Sampaio & Cruz, 2014). Órgãos e pesquisadores internacionais da contabilidade também têm debatido a educação na área contábil por quase duas décadas, destacando o problema de que o currículo de contabilidade tem pouca relevância para a prática contábil (Ott, Cunha, Cornacchione Júnior & De Luca, 2011).

Considerando o pragmatismo e a dinamicidade a que está exposto o contador, verifica-se que um dos campos mais complicados para a sua concretização profissional está atrelado à contabilidade tributária. A grande dificuldade que permeia essa temática no Brasil está relacionada à complexidade e numerosidade das normas fiscais aplicáveis, bem como à elevada carga tributária a que estão sujeitas as sociedades brasileiras, o que torna um desafio no desenvolvimento e estabilidade das empresas modernas (Paiva et al., 2014). Desta forma, um profissional possuidor das competências necessárias se torna imprescindível para as empresas, além da constante atualização a que este profissional estará sujeito, dado que a legislação tributária é alterada a todo momento, o que dificulta a gestão dos tributos.

Diante do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual o perfil de ensino da disciplina contabilidade tributária, e/ou suas assemelhadas, dentro da grade curricular oferecida nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, pelas Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas no Estado de Minas Gerais?**

Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar o perfil do plano de ensino (grade curricular e ementa) da disciplina contabilidade tributária, e/ou suas assemelhadas, oferecidas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, pelas Instituições de Ensino Superior, sejam elas, públicas ou privadas, presenciais ou a distância, localizadas no Estado Minas Gerais.

Esta pesquisa se justifica, dentre vários motivos, pela relevância da evidenciação do que as IES estão apresentando a seus alunos, no que diz respeito à área de contabilidade tributária e suas assemelhadas, uma vez que o perfil do profissional contábil tem mudado constantemente. Também é importante por proporcionar comparações entre as matrizes curriculares oferecidas aos discentes de Ciências Contábeis de IES privadas e públicas, presenciais e a distância. Além de possíveis comparações com outros estudos que abordaram essa temática em estados diferentes do apresentado nesta pesquisa.



Outro fator que se deve ressaltar, é a relevância na avaliação curricular e qualificação do profissional de Contabilidade, mediante a alta carga tributária no País, como fator suporte na tomada de decisão, e por cumprimento das diretrizes curriculares do curso de graduação em Ciências Contábeis definido pelo Ministério da Educação (MEC). Além do mais, pesquisas como a de Coelho (2001), evidenciam uma predominância do mercado de trabalho por uma demanda de profissionais aptos a auxiliarem atividades ligadas à contabilidade fiscal, o que sugere que os conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao desempenho de atividades voltadas ao atendimento das exigências legais são as mais requeridas pelas organizações.

2. ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) consideram a profissão contábil uma das mais antigas da história, tendo seu surgimento na pré-história. Segundo Peleias e Bacci (2004) os primeiros grandes movimentos para a profissão contábil no Brasil ocorreram, no início do século XIX, com a chegada da Família Real.

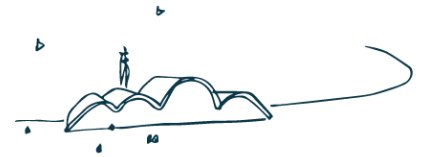
Ainda de acordo com os autores, os primeiros esforços para reconhecimento da profissão foram de D'Áuria e Herrmann Jr. que participaram ativamente no reconhecimento da profissão contábil no País. Em suas obras, entendiam ambos ser a contabilidade uma ciência. Além deste posicionamento, contribuíram para a criação da “Revista Brasileira de Contabilidade” em 16 de dezembro de 1911.

Em um breve retrospecto do surgimento e desenvolvimento da profissão contábil, parte-se de pesquisas arqueológicas que encontraram inscrições em paredes de cavernas para o descobrimento do Brasil, onde, em primeiro momento, os arrendatários do pau-brasil efetuavam o controle dos seus gastos e lucros até mesmo para pagamento da parte que cabia à Coroa Portuguesa. No período das capitânicas hereditárias inicia-se a organização administrativa sobre o controle dos tributos. Posteriormente têm-se o período Pombalino, cujo destaque foi a reforma fiscal que intensificou a agressividade dos fiscais de impostos e aumentou a corrupção. Em seguida teve o período Joanino, onde houve uma intensificação das atividades de comércio e, finalmente, a instituição do ensino comercial no Brasil (Oliveira, 2007).

De acordo com Bacci (2002) ao final do século XIX ocorreram várias mudanças que exigiram que o sistema contábil de partidas dobradas assumisse uma forma mais adequada às necessidades das grandes civilizações. Hendriksen (1999, p. 47) expõe estas principais mudanças:

- a) formas iniciais de empresas haviam sido inventadas, distinguindo-se de seus proprietários;
- b) era conhecida a distinção entre Capital e Lucro;
- c) tinham sido criados direitos de participação nessas empresas;
- d) o conceito de empresa em funcionamento havia mudado;
- e) havia bolsas de valores em atividade e;
- f) a indústria e o comércio estavam crescendo.

De maneira complementar, Oliveira (2007) argumenta que, apenas quando o Brasil se tornou República, a profissão se desenvolveu mais aceleradamente. No século XX, as décadas de 1930 e 1940 foram bastante produtivas para a profissão, que teve um desenvolvimento acentuado nesse período. A classe finalmente teve a sua profissão regulamentada, passando a ser associada à formação escolar e sendo complementada, posteriormente, pela exigência da assinatura dos documentos contábeis. Assim, a profissão de contador ganhou status de nível superior, um marco importante para a sua valorização.



O tempo passou e, com isso o perfil do profissional contábil exigido pelo mercado de trabalho também sofreu influência da evolução dos tempos. Com o curso de ciências contábeis sendo ofertado em muitas universidades públicas e privadas, presenciais e a distância, o ensino da contabilidade tem alcançado grande parte das cidades do Brasil (Paiva et al., 2014).

De acordo com Costa (2010, p. 101) as IES no Brasil podem ser públicas ou privadas. O autor distingue ambas instituições como sendo as públicas “aquelas administradas pelo poder público” e as privadas “classificadas pelo regime jurídico a que se submeteram as pessoas físicas ou jurídicas de direito que as mantêm e as administram: as mantenedoras”. As privadas são ainda divididas em: particular em sentido restrito – com fins lucrativos; e o grupo de instituições do terceiro setor, que engloba as comunitárias, confessionais e filantrópicas – sem fins lucrativos.

Segundo informações retiradas do site e-MEC (2016) existem 134 universidades públicas que ofertam o curso de ciências contábeis, em atividade, nas modalidades presencial e a distância, no Brasil. Desta totalidade, 131 ofertam o curso em sua forma presencial e 3 universidades ofertam na modalidade a distância. Para Andrade (2002) as instituições públicas de ensino superior se destacam pela qualidade, tendo em vista que estas instituições estão preocupadas em destinar recursos visando à capacitação do seu corpo docente.

No que tange o ensino de ciências contábeis em universidades privadas, segundo dados retirados do site e-MEC (2016), existem 1.262 universidades que ofertam o curso na modalidade presencial, em atividade, no Brasil. Ressalta-se que, nesta totalidade, estão incluídas faculdades com um único polo e universidades com vários polos de ensino pelo Brasil. Quanto ao ensino na modalidade a distância, 57 universidades privadas possuem o curso de ciências contábeis, em atividade, no Brasil. Destaca-se que existem faculdades que possuem o ensino em ambas modalidades, presencial e à distância, totalizando neste caso 50 universidades.

Outro aspecto relevante a ser discutido é a forma de ensino/aprendizagem ofertados pelas universidades, como a modalidade presencial e a distância. Segundo Gomes, Pinto e Paula (2013, p. 8) “no chamado ensino presencial, a sala de aula é o espaço catalisador de saberes e práticas, e é ele o palco das trocas objetivas de materiais e de interações intersubjetivas”. Já no que se refere ao ensino à distância (EAD), os autores expõem

Nos dias atuais, com avanço da tecnologia e das formas de comunicação, tem-se o advento do ensino à distância. A educação à distância (EAD), com suas particularidades, potenciais e limitações, aponta um novo caminho para a difusão da prática pedagógica de natureza interdisciplinar. Para este tipo de ensino são utilizados um conjunto de recursos, principalmente de redes e equipamentos computacionais, de forma a propiciar um aprendizado crítico, significativo e sem fronteiras (Gomes, Pinto & Paula, 2013, p. 9).

São recorrentes os estudos que objetivam analisar as grades curriculares de universidades públicas e privadas, com ensino nas modalidades presencial e a distância, destacando a preocupação dos estudiosos em manter o processo de aprendizagem e renovação dos processos educacionais. No tópico seguinte, abordar-se-á os estudos relacionados à contabilidade tributária no Brasil.

2.1 Contabilidade Tributária e Fiscal

Segundo Fabretti (2001, p. 27) contabilidade tributária é “o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da



legislação tributária, de forma simultânea e adequada”. O autor apresenta como sendo objetivo da contabilidade tributária os atos de apurar, controlar e estruturar a contabilidade de forma que esta demonstre os resultados econômicos, contudo tem também o intuito de conciliar estes resultados econômicos com a apuração dos tributos exigidos por lei.

Mediante a complexidade e altos valores, no que se refere à carga tributária em que o Brasil se submete, Nazário, Mendes e Aquino (2008) questionam a capacitação dos alunos com o conhecimento adquirido nas instituições de ensino superior para atuarem conforme as exigências do mercado. Assim como Paiva et al., (2014), destacam a relevância de que os alunos possuam conhecimento mínimo da estrutura dos tributos, bem como qual a sua lógica de aplicabilidade, a fim de que no exercício de sua profissão não se deparem com informações desconhecidas e, também, potencialize o desenvolvimento das suas atividades.

Desde 1986, esta preocupação com a formação discente já era objeto de indagação, uma vez que Iudicibus e Marion (1986, p. 50) já questionavam: “Será que as escolas de contabilidade estão cumprindo sua função de adequar o ensino às exigências do campo de avanço profissional contábil?” Dez anos depois, Marion (1996, p. 9) descreve sua frustração quando, como estudante, ao terminar o curso de graduação em Ciências Contábeis, não se sentia apto para o exercício da profissão. Neste mesmo estudo, ainda foi constatado que, entre os egressos dos cursos de Ciências Contábeis: 41% não dominavam adequadamente os fundamentos de débito e de crédito; mais de 50% sentiam-se desmotivados em relação à profissão contábil; e 68% sentiam-se despreparados para exercê-la.

Cheibub e Miranda (2004) verificaram a abrangência e importância dos estudos tributários no Brasil. Destacam que estudos desenvolvidos pelas organizações profissionais da área contábil evidenciaram existência de defasagem considerável entre o ensino e a prática profissional na área contábil. E salientam o importante papel que as IES desempenham no que se refere a formação e atualização dos acadêmicos de Ciências Contábeis, possibilitando condições para que as competências necessárias ao exercício profissional do contador possam ser alcançadas.

Para Nazário, Mendes e Aquino (2008) um dos diferenciais para os profissionais da área contábil é a parte tributária, uma vez que o ônus fiscal, que diminui a capacidade de gerar riquezas nas empresas, requer do profissional, práticas de gerenciamento eficazes e constantes para preservar a continuidade do empreendimento. Que este profissional possua a iniciativa de encontrar novas formas legais para reduzir o pagamento de tributos e, se mantenha atento às mudanças da legislação, são necessidades imprescindíveis para àquele que deseja se destacar neste ramo.

Mais recente, Cavalcante, Aquino, De Luca, Ponte e Buragim (2011) destacaram a latente necessidade de adaptação dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis para preparar os graduandos para o novo cenário da profissão, do ensino e da pesquisa contábil que se desenha diante de uma economia globalizada. No que se refere, em especial, à temática tributária, não é tão comum encontrar trabalhos que objetivam identificar o perfil do plano de ensino desta disciplina, em contraponto com outras áreas do conhecimento contábil, que a elaboração desta tipologia de pesquisa se faz de maneira mais corriqueira.

Coelho (2001) realizou pesquisa que consistiu em verificar a adequação do curso de graduação em Ciências Contábeis às exigências do mercado de trabalho, no município do Rio de Janeiro. Foram consultados contabilistas e profissionais da educação contábil e, no que se refere às disciplinas mais requeridas, foi mencionado que a principal convergência de opiniões foi



quanto ao conhecimento da legislação tributária (25% dos contadores e 11% dos profissionais do ensino). O autor constatou ainda, que, 99% dos contabilistas e 61% dos profissionais da educação destacaram como imprescindíveis à profissão contábil o conhecimento aprofundado do direito e da legislação fiscal/tributária. No que tange as principais áreas de conhecimentos exigidas, verificou-se convergência de opiniões com relação a direito/legislação fiscal/tributária, idiomas, matemática, estatística e economia, variando apenas o grau de importância conferido, por cada um, àquelas áreas.

O estudo de Nazário, Mendes e Aquino (2008) teve por objetivo identificar o grau de importância que o estudante de graduação em Ciências Contábeis do Distrito Federal atribui aos assuntos tributários em suas IES. A conclusão apontada pelos autores foi que, no geral, os alunos acreditam que o conhecimento contábil tributário é fornecido de forma insuficiente nas IES, podendo ser focado com maior profundidade. O conteúdo programático e as matérias que abordam o tema tributário não são tão eficazes para garantir-lhes uma vaga no mercado de trabalho, aumentando assim sua insatisfação com o conteúdo aplicado pela universidade.

Mais próximo ao que se propõe neste artigo, ou seja, verificar o perfil do plano de ensino da disciplina Contabilidade Tributária, e/ou suas assemelhadas, encontrou-se na literatura apenas um trabalho, elaborado por Paiva et al., (2014). A análise dos autores foi realizada no curso de graduação em Ciências Contábeis, pelas IES localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados demonstraram que as IES com o curso de Ciências Contábeis têm direcionado três disciplinas relacionadas à contabilidade fiscal e suas assemelhadas, estando estas distribuídas, em sua maioria, entre o quarto e o sexto semestre. Os temas relativos aos tributos federais, estaduais e municipais foram os mais frequentes nas ementas e nos conteúdos programáticos. O objetivo apresentado por todos os planos de ensino busca promover a compreensão da estrutura dos tributos.

Por fim, é importante ressaltar o papel das IES no desenvolvimento do profissional contábil. Desta forma, uma análise em como estas IES estão preparando estes profissionais, em particular, neste trabalho, no que se refere à área tributária é de fundamental importância, principalmente no levantamento de conteúdos que em aderência às exigências do mercado podem auxiliar de maneira satisfatória na maximização do conhecimento e empregabilidade destes profissionais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em decorrência do objetivo proposto por este estudo e com base em Raupp e Beuren (2009), pode-se classificar esta pesquisa como: (a) dedutiva, pois buscou a partir de informações reais uma resposta para o problema de pesquisa; (b) quantitativa, já que pretendeu-se efetuar uma comparação, através da realização de testes de média, entre os dados obtidos pelas IES públicas e privadas e também IES com ensino na modalidade presencial e a distância; (c) descritiva, porquanto descreveu a variação de nomes das disciplinas e período de estudo além de descrição relativa a ementa da disciplina; e (d) documental, pois utilizou os planos de ensino dos cursos de graduação em ciências contábeis das IES, disponibilizados em seus portais eletrônicos e enviados após solicitação aos coordenadores dos cursos.

A população deste trabalho foi formada pelos cursos de Ciências Contábeis apresentados no modo presencial e à distância pelas IES de Minas Gerais. A lista das instituições de ensino foi extraída da plataforma do Ministério da Educação e Cultura (e-MEC), correspondendo a 126 IES mineiras destas, 8 são públicas e 118 particulares. A coleta foi realizada no ano de 2016. A opção



por avaliar as instituições situadas neste estado se deve à quantidade destas IES que estão liberadas a oferecer o referido curso e o intuito de comparar os resultados encontrados por Paiva et al., (2014), que realizou pesquisa semelhante no Estado do Rio Grande do Sul.

No levantamento realizado, constatou-se que, dessa população cinco IES não ofertavam o curso e, em sete instituições, não foram localizados os respectivos sites para a busca das informações. Importante salientar que houve repetições de instituições na população, por possuírem unidades em cidades distintas. Dessa forma, para a amostra, foi considerada apenas uma IES, com o pressuposto de que as estruturas curriculares e ementas são semelhantes.

Assim, a amostra da pesquisa, foi composta por duas partes. Primeiramente, foi integrada pelas IES que disponibilizaram as grades curriculares em seus sítios eletrônicos ou por contato preestabelecido com as coordenações de curso. Na grade curricular são evidenciadas as nomenclaturas das disciplinas oferecidas pelos cursos de Ciências Contábeis, assim como o período em que estas disciplinas são ofertadas. Posteriormente, foi integrada pelas IES que forneceram as ementas da disciplina contabilidade tributária e/ou suas assemelhadas, retiradas do sítio eletrônico destas ou enviadas por *e-mail* após solicitação aos coordenadores do curso de ciências contábeis. As ementas têm por objetivo apresentar um resumo dos pontos essenciais sobre o assunto abordado no decorrer da disciplina, ou seja, é uma sintetização do conteúdo previsto das disciplinas que serão ministradas.

Para o levantamento do material de análise, recorreu-se as grades curriculares e ementas disponibilizadas nos sítios eletrônicos das instituições, considerando o pressuposto de que as IES tenham *sites* na internet e que nestes sejam divulgadas as descrições dos dados necessários a pesquisa. De forma a maximizar a amostra, foram enviados *e-mails* aos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis solicitando os dados necessários à pesquisa. Foram efetuados dois envios, sendo o primeiro realizado no dia 04/11/2016 e o segundo envio no dia 11/11/2016. Ressalta-se que uma instituição declarou, por *e-mail*, que as informações solicitadas eram confidenciais e, por isso, não foram disponibilizadas. A quantidade de IES estudadas é apresentada de maneira concisa na Tabela 1.

Tabela 1 Amostra das IES utilizadas na pesquisa

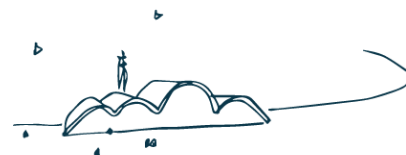
	Grades Curriculares		Ementas		
	Presencial	EAD	Presencial	EAD	
IES Públicas	8	0	IES Públicas	6	0
IES Privadas	65	15	IES Privadas	19	4
Total	73	15	Total	25	4

Fonte: Elaborada pelos autores

A análise dos conteúdos das grades curriculares e das ementas propostas pelas instituições em estudo foram realizadas de acordo com os objetivos indicados para esta pesquisa, ou seja, foram analisadas todas as grades curriculares e ementas das disciplinas das instituições de ensino selecionadas no que se refere à temática contabilidade tributária.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Em todas as instituições foram encontradas disciplinas relacionadas a contabilidade tributária, contabilidade fiscal, planejamento tributário e afins. No entanto, observou-se, a existência de uma variação de nomes das disciplinas, bem como a quantidade de disciplinas



relacionadas variou de uma instituição pública para outra, assim como nas privadas. Na Tabela 2 apresentam-se as nomenclaturas utilizadas pelas IES privadas com ensino presencial e EAD.

Pode-se verificar que a maioria das nomenclaturas foram evidenciadas apenas 1 vez nas IES com ensino presencial, representando 19 das 25 aparições. Resultado semelhante foi constatado para as instituições com ensino à distância, sendo que para todas as 11 disciplinas encontradas não houveram repetições de nomenclaturas, ou seja, cada disciplina foi evidenciada apenas 1 vez em todos os casos. As disciplinas auditoria fiscal e planejamento fiscal e tributário foram encontradas 2 vezes nas grades curriculares das IES privadas presenciais. As nomenclaturas mais recorrentes foram, contabilidade e legislação tributária, sendo detectada 4 vezes nas universidades privadas com ensino presencial, representando 10% do total de aparições, contabilidade e planejamento tributário e gestão fiscal e tributária, demonstrando 12,5% cada.

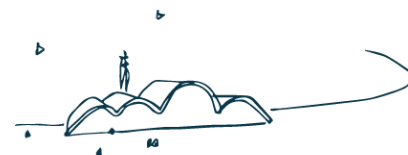
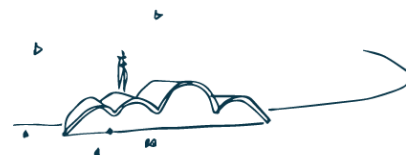


Tabela 2 Frequência das disciplinas nas IES Privadas

DISCIPLINAS	IES PRIVADA PRESENCIAL		IES PRIVADA EAD	
		%		%
Análise Orçamentária e Fiscal			1	9,09%
Auditoria Contábil e Tributária			1	9,09%
Auditoria Fiscal	2	5,00%		
Contabilidade Comercial e Tributária I	1	2,50%		
Contabilidade Comercial e Tributária II	1	2,50%		
Contabilidade e Gestão Tributária I			1	9,09%
Contabilidade e Gestão Tributária II			1	9,09%
Contabilidade e Legislação Tributária	4	10,00%		
Contabilidade e Planejamento Tributário	5	12,50%	1	9,09%
Contabilidade Fiscal			1	9,09%
Contabilidade Fiscal e Planejamento Tributário	3	7,50%		
Contabilidade Fiscal e Tributária: Impostos Estaduais	1	2,50%		
Contabilidade Fiscal e Tributária: Impostos Federais	1	2,50%		
Contabilidade Fiscal e Tributária: Impostos Municipais	1	2,50%		
Gestão de Tributos	1	2,50%		
Gestão e Planejamento Tributário	1	2,50%		
Gestão Fiscal e Tributária	5	12,50%		
Gestão Tributária			1	9,09%
Gestão Tributária I	1	2,50%		
Gestão Tributária II	1	2,50%		
Orçamento e Planejamento Tributário	1	2,50%		
Planejamento Contábil e Tributário	1	2,50%	1	9,09%
Planejamento e Contabilidade Tributária I	1	2,50%		
Planejamento e Contabilidade Tributária II	1	2,50%		
Planejamento Fiscal e Tributário	2	5,00%		
Planejamento Tributário e Fiscal			1	9,09%
Prática Contábil III (Tributação)	1	2,50%		
Práticas Contábeis - Fiscal	1	2,50%		
Práticas Profissionais - Módulos Fiscal	1	2,50%		
Práticas Tributárias	1	2,50%		
Procedimentos Tributários e Fiscais nas Organizações			1	9,09%
Processos Tributário-Administrativos	1	2,50%		
Tributos	1	2,50%		
Tributos Federais, Estaduais e Municipais			1	9,09%
TOTAL	40	100%	11	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados



Destaca-se que as únicas disciplinas com nomenclaturas em comum, nas IES presenciais e à distância, foram contabilidade e planejamento tributário e planejamento contábil e tributário. Desta forma, verifica-se a não existência de um padrão no que se refere as nomenclaturas utilizadas por referidas instituições, no que rege o ensino da temática tributária. Na Tabela 3 têm-se a apresentação dos dados coletados para as IES públicas.

Tabela 3 Frequência das disciplinas nas IES Públicas

DISCIPLINAS	IES PÚBLICA	%
Gestão e Legislação Tributária	1	25%
Legislação e Contabilidade Tributária I	1	25%
Legislação e Contabilidade Tributária II	1	25%
Planejamento e Prática Tributária	1	25%
TOTAL	4	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados

No que tange as IES públicas, verifica-se que 4 disciplinas apresentaram a mesma nomenclatura para diferentes instituições. Cabe destacar que o número relativamente pequeno de disciplinas encontradas nas IES públicas pode ser justificado pelo número dessas instituições serem consideravelmente menor em relação as de caráter privado. Ressalta-se que nenhuma das quatro nomenclaturas utilizadas pelas universidades públicas foram encontradas nas faculdades privadas, o que evidencia, mais uma vez, que não existe um padrão a ser seguido, o que pode dificultar para os alunos que necessitam fazer aproveitamento de créditos além daqueles que sustentam a escolha do curso de graduação em instituições que ofertam o maior número de disciplinas na área tributária.

Referida conclusão possui respaldo no trabalho de Cavalcante et al., (2011), que ao investigarem a adequação dos currículos adotados pelos cursos de Ciências Contábeis nas universidades federais brasileiras ao Currículo Mundial de Contabilidade proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR, detectaram que muitas disciplinas ofertadas pelas universidades federais não encontram correspondentes no currículo mundial, ou seja, são disciplinas promovidas pelas IES federais no Brasil que estão ausentes do Currículo Mundial de Contabilidade. Apresenta-se na Tabela 4 as nomenclaturas evidenciadas em comum para IES públicas e privadas.



Tabela 4 Frequência das disciplinas em comum - IES Públicas e Privadas

DISCIPLINA	PÚBLICA	%	PRIVADA PRESENCIAL	%	PRIVADA EAD	%
Contabilidade Fiscal e Tributária	1	9,09%	10	16,39%	2	13,33%
Contabilidade Fiscal e Tributária I	1	9,09%	3	4,92%		
Contabilidade Fiscal e Tributária II	1	9,09%	3	4,92%		
Contabilidade Tributária	2	18,18%	20	32,79%	8	53,33%
Contabilidade Tributária I	2	18,18%	2	3,28%		
Contabilidade Tributária II	2	18,18%	2	3,28%		
Planejamento e Contabilidade Tributária	1	9,09%	3	4,92%	1	6,67%
Planejamento Tributário	1	9,09%	18	29,51%	4	26,67%
TOTAL	11	100%	61	100%	15	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados

Conforme demonstrado na Tabela 4, as nomenclaturas que apresentaram maior frequência, com 2 aparições (18,18%) foram: contabilidade tributária, contabilidade tributária I e contabilidade tributária II para as IES públicas, o que se assemelha com o estudo de Paiva et al., (2014), embora em seu estudo não se tenha feito uma análise separada entre IES públicas e privadas. No entanto, as demais disciplinas apresentaram apenas uma ocorrência cada, representando 9,09% do total de ocorrências. Observa-se que o número de nomenclaturas para as IES privadas é superior ao das IES públicas. Entretanto, de forma semelhante, a disciplina que apresenta a maior frequência, com 20 aparições nas faculdades privadas com ensino presencial (32,79%) e 8 aparições nas faculdades com ensino EAD (53,33%) é a disciplina de contabilidade tributária, mantendo a coerência com as IES públicas. Em seguida, a disciplina planejamento tributário com 18 ocorrências – presencial (29,51%) e 4 ocorrências – EAD (26,67%).

Constata-se com os resultados evidenciados que, em tese, há uma flexibilização nas grades curriculares das IES estudadas. Isto facilitaria o curso de ciências contábeis, especificamente no que se refere à temática tributária, se adaptar as necessidades do seu ambiente. Acredita-se que estas disciplinas com maior recorrência apresentam maior facilidade de interação com as demais disciplinas ofertadas no curso de ciências contábeis, uma vez que existe uma inter-relação entre elas, sem contudo, modificar o conteúdo de cada uma delas, apenas cooperando entre si, a partir da troca de informações, gerando uma acumulação de conhecimentos. A Tabela 5 evidencia de forma detalhada os períodos que as IES ofertam essas disciplinas.



Tabela 5 Frequência das disciplinas por período - IES Públicas e Privadas

PERÍODO	PÚBLICA	%	PRIVADA PRESENCIAL	%	PRIVADA EAD	%
3	1	6.67%	3	2.97%	2	7.69%
4	1	6.67%	9	8.91%	3	11.54%
5	6	40.00%	24	23.76%	9	34.62%
6	5	33.33%	29	28.71%	5	19.23%
7	2	13.33%	24	23.76%	5	19.23%
8			11	10.89%	1	3.85%
Optativa			1	0.99%	1	3.85%
TOTAL	15	100%	101	100%	26	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados

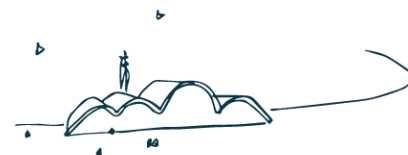
Conforme apresentado, pode-se observar que as disciplinas que abordam a temática tributária concentram-se, em sua maioria, no quinto e sexto período para IES públicas, com seis (40%) e cinco (33,33%) ocorrências, respectivamente. Tais evidências corroboram com os achados de Paiva et al., (2014). Pode-se observar também que disciplinas sobre tributos e afins normalmente não são ofertadas no primeiro ano do curso de ciências contábeis e são menos abordadas nos períodos finais. O quinto período foi onde obteve-se o ápice no número de disciplinas ofertadas.

Nota-se que diferente das IES públicas as privadas ofertam disciplinas optativas. No mais, as privadas guardam semelhança com as públicas, uma vez que, a grande maioria das disciplinas ofertadas dentro dessa temática são oferecidas entre o quinto e sétimo período, diminuindo a frequência conforme se aproxima do final do curso.

Quanto às IES privadas buscou-se aprofundar sua análise a fim de verificar se existia alguma diferença quanto aos cursos oferecidos pela modalidade EAD e presencial. Vale destacar que o mesmo não foi realizado com as IES públicas, pois as mesmas não ofertam o curso na modalidade EAD. Percebe-se que, em âmbito geral, as modalidades apresentadas assemelham-se com o apresentado para o setor público. Uma vez que, o maior número de frequência encontra-se do período cinco ao sete. No entanto, a diferença encontrada refere-se ao ápice alcançado para a modalidade presencial e EAD, onde esta, assim como o setor público, alcançou seu ápice no quinto período com 9 ocorrências (34,62%), enquanto aquela alcançou no período seguinte, ou seja, no sexto período com 29 ocorrências (28,71%).

Pode-se inferir, dado toda a análise, que embora haja algumas diferenças entre as instituições públicas e privadas, ambos aspectos giram em torno de um grupo pequeno de disciplinas mais ofertadas, assim como o período quando elas são oferecidas. A contabilidade tributária é a disciplina mais ofertada tanto para instituições públicas quanto para as privadas. Enquanto o período onde mais disciplinas sobre essa temática são oferecidas, para as IES públicas assim como para as privadas EAD, é no quinto período, já para IES as privadas presenciais é no sexto período.

Entretanto, as disciplinas dentro dessa temática são normalmente oferecidas no meio do curso e em média são ofertadas três disciplinas por curso. Talvez, dado a importância atribuída aos tributos no cenário brasileiro, fosse necessário oferecer mais disciplinas próximas ao final do curso. Uma vez que a legislação tributária e as exigências do mercado requerem do profissional



práticas de gerenciamento eficazes e constantes para preservar a continuidade do empreendimento, com iniciativa de encontrar novas formas legais para reduzir o pagamento de tributos e, se mantenha atento às mudanças da legislação (Nazário, Mendes & Aquino, 2008).

Analisando cada uma das ementas e, dividindo a análise por temáticas que as ementas contemplam ou não contemplam, foi possível verificar que não existe um padrão a ser seguido pelas IES para elaboração de suas ementas. Ou seja, foram identificados vários modelos de ementas diferentes para as instituições estudadas. Para análise das ementas, relacionaram-se temáticas sinônimas, que estão apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 Frequência das temáticas nas Ementas

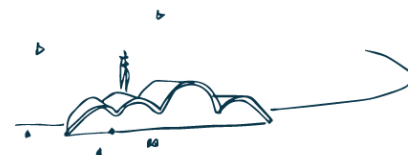
ASSUNTO	PÚBLICA	%	PRIVADA EAD	%	PRIVADA PRESENCIAL	%
Metodologia de cálculo dos tributos diretos e indiretos	3	9,68%	3	14,29%	16	15,53%
Impostos Estaduais	6	19,35%	2	9,52%	13	12,62%
Impostos Federais	6	19,35%	3	14,29%	20	19,42%
Impostos Municipais	5	16,13%	2	9,52%	13	12,62%
Elisão (Planejamento Tributário)	4	12,90%	4	19,05%	14	13,59%
Ajustes do lucro contábil para apuração do lucro real	2	6,45%	3	14,29%	10	9,71%
Reconhecimento dos efeitos dos ajustes na apuração do lucro real	1	3,23%	1	4,76%	5	4,85%
Apuração e Escrituração do Lucro Presumido e Simples Nacional	4	12,90%	3	14,29%	12	11,65%
TOTAL	31	100%	21	100%	103	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados

Analisando as frequências das temáticas contidas nas ementas, identificou-se que há uma repetição no que é proposto pelas IES, mesmo levando em consideração os vários modelos de ementas apresentados. Interpretando a Tabela 6 em relação à tributação por competência, é possível observar que os tributos de competência federal (IR, CSLL, COFINS, PIS etc.) são os que recebem maior enfoque tanto nas universidades públicas (19,35%) quanto nas universidades privadas com ensino presencial (19,42%). Nas IES com ensino EAD o estudo destes tributos também são destaque, porém nestas universidades a temática mais recorrente foi o planejamento tributário (19,05%).

Os tributos estaduais (ICMS, IPVA etc.) apresentaram um nível de frequência semelhante aos tributos federais, para as IES públicas, 19,35%, já para as faculdades privadas o estudo desta temática não é tão recorrente, principalmente nas de ensino EAD, uma vez que dentre as oito temáticas estudadas os tributos estaduais e municipais apareceram em 6º e 7º lugar, respectivamente. Estes resultados corroboram com a afirmativa de Nazário, Mendes e Aquino (2008) que expõem que um dos diferenciais do profissional contábil é o conhecimento sobre a estrutura tributária das empresas.

Outro tema recorrente nas ementas das IES estudadas, foi a elisão (planejamento tributário). Nas IES com ensino a distância esta foi a temática com maior frequência (19,05%). Nas universidades públicas, o estudo do planejamento tributário só não foi mais importante que os tributos em geral, assim como nas faculdades privadas com ensino presencial, apresentando



frequências de 12,90% e 13,59%, respectivamente. Segundo Valeretto (2010) este tema torna-se relevante diante da alta carga tributária, e da economia que um bom planejamento pode proporcionar.

Outro aspecto que merece destaque, é a baixa recorrência da temática reconhecimento dos efeitos dos ajustes na apuração do lucro real, em todas as universidades que compuseram a amostra. A maior frequência desta temática foi obtida nas instituições privadas com ensino presencial, 4,85%, nas universidades públicas e privadas com ensino EAD foi identificada a prática deste tema apenas uma vez, em cada instituição. Esta temática tem por objetivo apresentar conteúdos que se referem a constituição de créditos tributários e constituição de obrigações tributárias. Este resultado é similar ao encontrado por Paiva et al., (2014), que detectaram que o tema crédito tributário/lançamento tributário foi o que apresentou menor frequência dentre as temáticas estudadas por eles.

O conteúdo programático foi outra informação objeto de análise desta pesquisa. No entanto, das 29 instituições de ensino, 2 universidades públicas, 10 privadas com ensino presencial e 2 com ensino EAD, não apresentaram informações referentes ao conteúdo programático no material disponibilizado para análise.

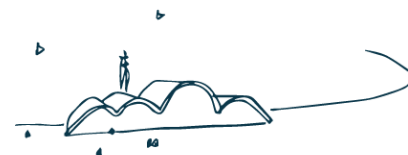
Para proceder à análise dos conteúdos programáticos das disciplinas de contabilidade tributária e suas assemelhadas, relacionou-se as mesmas temáticas expostas nas ementas e observou-se as frequências que tais temas apresentaram nos conteúdos programáticos, conforme disposto na Tabela 7. A importância desta análise está no fato de, no conteúdo programático, as IES apresentarem de maneira mais detalhada os conteúdos estudados, isto proporciona conclusões mais precisas de quais são os temas mais abordados pelas IES.

Tabela 7 Frequência das temáticas nos conteúdos programáticos

ASSUNTO	PÚBLICA	%	PRIVADA EAD	%	PRIVADA PRESENCIAL	%
Metodologia de cálculo dos tributos diretos e indiretos	3	8,57%	2	15,38%	9	12,86%
Impostos Estaduais	6	17,14%	2	15,38%	13	18,57%
Impostos Federais	5	14,29%	2	15,38%	12	17,14%
Impostos Municipais	6	17,14%	2	15,38%	9	12,86%
Elisão (Planejamento Tributário)	7	20,00%	1	7,69%	9	12,86%
Ajustes do lucro contábil para apuração do lucro real	3	8,57%	1	7,69%	7	10,00%
Reconhecimento dos efeitos dos ajustes na apuração do lucro real	2	5,71%	2	15,38%	2	2,86%
Apuração e Escrituração do Lucro Presumido e Simples Nacional	3	8,57%	1	7,69%	9	12,86%
TOTAL	35	100%	13	100%	70	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados

Verificou-se que a temática elisão (planejamento tributário) nas universidades públicas apresentou maior frequência (20,00%), destacando uma mudança no que foi observado quando da análise das ementas, onde os tributos estaduais e municipais eram alvos de maior recorrência. Esta alteração encontra-se respaldo, uma vez que a ementa destas faculdades foram apresentadas



de maneira bastante sucinta, já o conteúdo programático contém de forma mais detalhada os conteúdos que são objeto de estudo na disciplina contabilidade tributária e suas assemelhadas.

Nas universidades privadas também se verificou diferenças nos resultados encontrados após análise das ementas e dos conteúdos programáticos. Sendo que, nas IES privadas com ensino presencial a temática com maior recorrência nos conteúdos programáticos foram os tributos estaduais (18,57%), em comparação com os resultados encontrados para estas mesmas instituições no que tange as ementas, o tema mais recorrente foi metodologia de cálculo dos tributos diretos e indiretos. Para o ensino EAD não foi identificada predominância de nenhum conteúdo, uma vez que, dos oito temas, cinco se repetiram duas vezes.

Os temas menos recorrentes, tanto nas IES públicas quanto privadas, foram ajustes do lucro contábil para apuração do lucro real, apuração e escrituração do lucro presumido e simples nacional e reconhecimento dos efeitos dos ajustes na apuração do lucro real. Os principais conteúdos abordados dentro destes temas são: adições e exclusões, temporárias e permanentes do lucro real, prejuízos fiscais, constituição de créditos tributários e obrigações tributárias, apuração e reconhecimento dos tributos no lucro presumido e simples nacional. Dominguez (2007) destaca que o estudo destes temas é de extrema importância, uma vez que geralmente as empresas realizam análises tributárias para verificarem qual a forma de tributação – Lucro Real, Lucro Presumido, Simples Nacional – que lhes dará a maior vantagem econômica, sobrando, assim, mais recursos para serem investidos em seus crescimentos.

A análise dos objetivos descritos em cada disciplina demonstrou que tendem a ser abrangentes, não disponibilizando maiores informações que permitam identificar objetivos mais específicos de cada disciplina. Das 29 IES que compuseram a amostra, apenas 3 faculdades públicas, 1 privada com ensino EAD e 12 privadas com ensino presencial, apresentaram o objetivo das disciplinas contabilidade tributária e suas assemelhadas. Para análise individual dos objetivos das disciplinas por IES, buscou-se verificar três objetivos entendidos como relevantes, apresentados por Paiva et al., (2014). Tais objetivos são apresentados na Tabela 8.

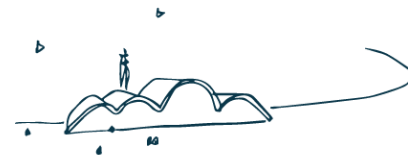
Tabela 8 Frequência dos objetivos

CONTEÚDO	PÚBLICA	%	PRIVADA EAD	%	PRIVADA PRESENCIAL	%
Compreensão do Sistema Tributário	3	33,33%	1	33,33%	10	33,33%
Apresentação/Operacionalização de situações práticas	3	33,33%	1	33,33%	6	20,00%
Capacitação para operacionalização com tributos	3	33,33%	1	33,33%	14	46,67%
TOTAL	9	100%	3	100%	30	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados

Com base no que está apresentado na Tabela 8, observa-se que não existe uma predominância quanto aos objetivos apresentados pelas universidades públicas e privadas com ensino EAD. Todos os objetivos foram verificados na mesma proporção por estas instituições, aparecendo três vezes cada um, no caso das faculdades públicas e, uma vez cada nas faculdades privadas com ensino EAD.

Já no que se refere as IES privadas com ensino presencial, talvez devido a maioria que estas instituições representam na amostra, houve divergências quanto a frequência de ocorrência dos objetivos. O objetivo mais recorrente, que representa 46,67% do total dos objetivos, foi capacitação para operacionalização com tributos, seguido da compreensão do sistema tributário,



representando 33,33% do total. No estudo desenvolvido por Ott et al., (2011), foi identificado que os brasileiros buscam entender mais de tributos que outros povos, justamente por terem uma complexa e alta carga tributária. Assim, talvez estes objetivos sejam unânimes, justamente pela necessidade da prévia compreensão do sistema tributário.

Dos três objetivos dispostos, o menos frequente está relacionado com apresentação/operacionalização de situações práticas, tendo aparecido em 20% dos casos. Esta frequência transparece que nem todas as IES apresentam como objetivo da disciplina preparar o estudante para as situações práticas e cotidianas tributárias que o profissional de contabilidade poderá enfrentar. Este resultado se assemelha com os achados de Paiva et al., (2014) e Nazário, Mendes e Aquino (2008).

Além disso, a análise realizada evidencia a pouca preocupação dessas IES quanto ao objetivo de preparar o estudante para situações práticas, os colocando no mercado talvez sem as capacidades necessárias com as situações as quais irão se deparar. Fato este que atenua ainda mais a necessidade de estudos que se referem a temática e projetos capazes de suprir esta carência nas IES e conseqüentemente no mercado de trabalho, uma vez que no Brasil as evidências apontam para maior destaque na operacionalização com tributos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

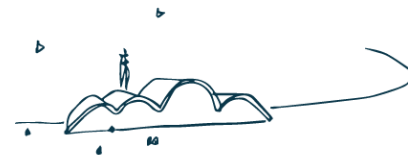
Considerando o dinamismo do mercado de trabalho ao qual o contador está exposto, verifica-se que um dos campos que mais exige seu empenho e afinco para a sua concretização profissional está atrelado à contabilidade tributária. É que, cada vez mais, é requerido do profissional contábil competências para gerir empresas modernas com diversos desafios, sendo o mesmo responsável por grande parte das informações que subsidiam o planejamento tributário e a cobrança de tributos por órgão Federais, Estaduais e Municipais. Sendo assim, é requerido a este profissional conhecimento e bastante atualização.

Desta maneira, este estudo objetivou identificar o perfil do plano de ensino (grade curricular e ementa) da disciplina contabilidade tributária, e/ou suas assemelhadas, oferecidas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, pelas instituições de ensino superior, sejam elas, públicas ou privadas, presenciais ou a distância, localizadas no Estado de Minas Gerais.

De acordo com os resultados desta pesquisa, constatou-se que as nomenclaturas que apresentaram maior frequência, com 2 aparições (18,18%) foram, as disciplinas contabilidade tributária, contabilidade tributária I e contabilidade tributária II para as IES públicas. Para as IES privadas a disciplina que apresentou maior frequência, com 20 aparições nas faculdades privadas com ensino presencial (32,79%) e 8 aparições nas faculdades com ensino EAD (53,33%) é a disciplina de contabilidade tributária, mantendo a coerência com as IES públicas. Em seguida, a disciplina planejamento tributário com 18 ocorrências – presencial (29,51%) e 4 ocorrências – EAD (26,67%).

Contatou-se que as disciplinas que abordam a temática tributária concentram-se no quinto e sexto período para IES públicas, com seis (40%) e cinco (33,33%) ocorrências respectivamente, corroborando com os achados de Paiva et al., (2014). Pôde-se observar, também que, disciplinas sobre tributos e afins normalmente não são ofertadas no primeiro ano de curso e são menos abordadas nos períodos finais do respectivo curso. O quinto período foi onde obteve-se o ápice no número de disciplinas ofertadas.

Após análise das 29 ementas disponibilizadas, foi possível observar que os tributos de competência federal (IR, CSLL, COFINS, PIS, etc.) são os que recebem maior enfoque tanto nas



universidades públicas (19,35%) quanto nas universidades privadas com ensino presencial (19,42%). Nas IES com ensino EAD o estudo destes tributos também são destaque, porém nestas universidades a temática mais recorrente foi o planejamento tributário (19,05%).

Quanto a análise efetuada nos conteúdos programáticos das disciplinas, notou-se que a temática elisão (planejamento tributário) nas universidades públicas foi a que apresentou maior frequência (20%). Já nas IES privadas com ensino presencial, a temática com maior recorrência nos conteúdos programáticos foram os tributos estaduais (18,57%). Para o ensino EAD não foi encontrada predominância de nenhum conteúdo, uma vez que, dos oito temas, cinco se repetiram duas vezes.

Por fim, analisando os objetivos propostos pelas IES, para o estudo da matéria contabilidade tributária e/ou suas assemelhadas, constatou-se que o objetivo mais recorrente, que representa 46,67% do total dos objetivos, foi capacitação para operacionalização com tributos, seguido da compreensão do sistema tributário, representando 33,33% do total. Dos três objetivos dispostos, o menos frequente está relacionado com apresentação/operacionalização de situações práticas, tendo aparecido em 20% dos casos.

Este trabalho teve como limitador a falta de padronização contida nas matrizes curriculares, uma vez que cada instituição divulga a informação que acredita ser necessária. Desta forma a análise conjunta dos conteúdos programáticos e objetivos com as ementas ficou limitada, uma vez que nem todas as matrizes curriculares apresentavam todos estes itens.

A partir do desenvolvimento deste trabalho, sugere-se para pesquisas futuras o estudo em IES de outros Estados da Federação, a fim de confrontar os resultados obtidos. Ainda, seria interessante, que novos estudos identificassem o que as IES estão desenvolvendo para se manterem atualizadas no que tange a temática tributária.

REFERÊNCIAS

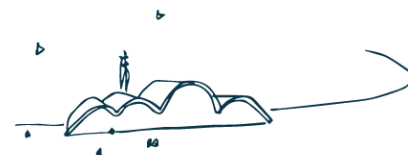
Bacci, J. (2002). *Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado, UniFECAP da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo.

Calixto, L. (2006). O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. *Revista Universo Contábil*, 2(3), 65-78.

Capacchi, M., Moretto, C. F., Vancin, V., & Padilha, F. A. R. (2007). A prática do ensino contábil no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise da grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas. In *CONGRESSO ANPCONT*.

Cavalcante, D. S., Aquino, L. D. P. D., De Luca, M. M. M., Ponte, V. M. R., & Bugarim, M. C. C. (2011). Adequação dos currículos dos cursos de contabilidade das universidades federais brasileiras ao currículo mundial de contabilidade e o desempenho no ENADE. *Pensar Contábil*, 13(50).

Cheibub, T. P., & Miranda, L. C. (2004). Formação do contador: uma análise de grades curriculares dos cursos de ciências contábeis. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE*.



Coelho, C. U. F. (2015). Uma Análise do ensino superior de contabilidade e do mercado de trabalho no município do Rio de Janeiro. *Pensar Contábil*, 4(11).

Costa, L. V. (2011). *A relação entre a percepção de sucesso na carreira e o comprometimento organizacional: um estudo entre professores de universidades privadas selecionadas da grande São Paulo*. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

De Andrade, C. S. (2002). *O ensino de contabilidade introdutória nas universidades públicas do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

De Oliveira, D. (2007). A imagem do contador no Brasil: um estudo sobre sua evolução histórica. *Revista de Controle e Administração*, 3(1), 107-126.

De Paiva, A. M., Machado, D. G., Sampaio, G. L., & da Cruz, A. P. C. (2014). Contabilidade fiscal: perfil do plano de ensino das disciplinas oferecidas, no curso de ciências contábeis, pelas instituições de ensino superior localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.

Dominguez, R. M. (2007). *Simples nacional x lucro presumido: uma análise da opção mais econômica para 2008*. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

E-MEC, Portal. Base de Dados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

Fabretti, L. C. (2001). *Contabilidade Tributária*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

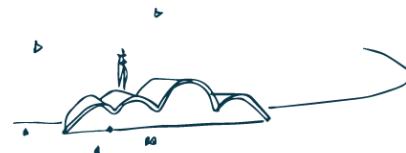
Gomes, J. S., Pinto, P. S. B., & de Paula, M. M. (2013). *Metodologia do Ensino: uma análise da percepção dos alunos frente a diferentes formas de ensino*. Rio de Janeiro: CRCRJ.

Hendriksen, E. S. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S. D., & Marion, J. C. (1986). As faculdades de Ciências Contábeis e a formação do contador. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 15(56), 50-56.

Iudícibus, S. D., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(38), 7-19.

Marion, J. C. (1996). *O ensino da contabilidade*. São Paulo: Atlas.



Nazário, N. S., Mendes, P. C. M., & de Aquino, D. R. B. (2008). Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. *Revista Universo Contábil*, 4(3), 64-81.

Peleias, I. R., & Bacci, J. (2004). Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. *Revista Administração on line-FECAP*, 5(3), 39-54.

Ott, E., da Cunha, J. V. A., Júnior, E. B. C., & de Luca, M. M. M. (2011). Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 338-356.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2003). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 3, 76-97.

Sobrinho, A. F. (1998). ENSINO DE CONTABILIDADE NO DISTRITO FEDERAL-Uma abordagem crítico-reflexiva. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 1(1).

Theóphilo, C. R., Sacramento, C. D. O. J, Neves, I. F., & de Souza, P. L. (2000). O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. *Contabilidade vista & revista*, 11(3), 03-10.

Valeretto, G. J. (2010). *A temática tributária na formação dos bacharéis em ciências contábeis: um estudo comparativo entre os conteúdos das universidades federais brasileiras com a proposta nacional do conselho federal de Contabilidade-CFC/Fundação Brasileira de Contabilidade-FBC e proposta do UNCTAD/ISAR*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.